

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 458.726 - RO (2018/0170217-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : THIAGO POLLETINI MARTINS
ADVOGADO : THIAGO POLLETINI MARTINS - RO005908
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : J A DE S (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de J A DE S, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (HC n. 0003183-63.2018.822.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 21/5/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 213 do Código Penal (estupro).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

EMENTA

1. Deve ser mantida a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente quando ficar demonstrada nos autos a necessidade da manutenção da segregação para garantia da ordem pública, a qual ficou evidenciada nos autos diante da gravidade concreta e da periculosidade do comportamento do paciente.

2. No presente caso, a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, não se mostra suficiente para assegurar a garantia da ordem pública, pois ainda estão presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva.

3. Ordem denegada (fl. 81).

No presente *mandamus*, ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente e alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destaca que o paciente se apresentou voluntariamente perante a autoridade policial e que manteve relacionamento afetivo com a vítima, mas sempre de forma consensual.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do

Superior Tribunal de Justiça

Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

O *writ* está prejudicado.

Isso porque o Juízo de primeiro grau, ao prestar informações após contato telefônico, noticiou que foi prolatada sentença nos autos da Ação Penal n. 0000247-11.2018.822.0018, a qual transitou em julgado para a defesa em 2/5/2019. Eventual custódia do paciente decorre, portanto, de título definitivo.

Dessa forma, inegável a perda superveniente do objeto do feito.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator